

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Petrobras muda regra para indicações.....	2
Título: Curta.....	4
Título: Total prevê investir R\$ 15 bi em E&P no Brasil até 2024.....	4
Título: Coronavírus derruba cotações do Brent e do minério	6
Título: Eneva propõe acordo de fusão de R\$ 6,6 bilhões à AES Tietê.....	8
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	10
Título: BSBios eleva produção para continuar líder em biodiesel	10
VEÍCULO: O Globo.....	11
Título: EUA punem estatal russa e acenam com um bloqueio naval à Venezuela	11
Título: De volta a 2009	12

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 02/03/2020****Seção: Empresas****Autor: André Ramalho — Do Rio****Título: Petrobras muda regra para indicações**

Os acionistas da Petrobras votam na quarta-feira, junto com a nome de Maria Cláudia Guimarães para o conselho de administração da empresa, um pacote de mudanças no estatuto social da companhia. Dentre outras modificações na governança da petroleira, as novas regras propostas passam pela redução da competência dos conselheiros na hora de deliberar sobre indicados para o segundo escalão da estatal.

Pelo estatuto vigente, cabe ao conselho de administração deliberar sobre a indicação e destituição de titulares da estrutura geral da companhia: hoje, são 34 gerências-executivas e seis gerências-gerais vinculadas diretamente às diretorias executivas. Agora, a ideia é que os conselheiros acompanhem apenas as indicações para a auditoria interna, a ouvidoria geral e secretaria-geral, órgãos diretamente vinculados ao colegiado.

A Petrobras esclareceu, em nota, que a proposta altera a competência para designação e destituição dos titulares da estrutura geral ligados diretamente à diretoria, mas que o conselho permanecerá responsável pela definição dos critérios para ocupação dessas posições e pela designação e destituição dos diretores executivos.

A mudança proposta vem em linha com os esforços do comando de Roberto Castello Branco de reduzir o que ele entende como “excessos” de atribuições do conselho, para dar maior agilidade à gestão. No ano passado, por exemplo, a petroleira implementou algumas medidas para reduzir o número de encontros do conselho de administração. O executivo considerou que as 57 reuniões do conselho realizadas em 2018 eram um exagero, frente aos seus pares.

Foi aí que a Petrobras implementou algumas mudanças: reduziu o número de projetos de investimento e de negócios de venda de ativos que são levados para apreciação do colegiado. Desde 2019, o conselho de administração passou a opinar só sobre projetos de investimentos acima de US\$ 1 bilhão - antes o piso era de US\$ 500 milhões - e desinvestimentos superiores a US\$ 200 milhões. Até então, alienação superior a US\$ 20 milhões passava pelo conselho. Desinvestimentos que envolvam a perda de controle ou saída completa da sociedade continuaram sendo levados ao conselho.

Se por um lado o comando da Petrobras prega a necessidade de aumentar a celeridade na gestão, sem comprometer os controles internos, fontes de gestões passadas da estatal revelaram temer que as mudanças pudessem vir a esvaziar o conselho, justamente num momento em que a petroleira acelera suas privatizações e depois de uma tentativa do governo de interferir no quadro gerencial da empresa.

Vale lembrar que, no início de 2019, Carlos Victor Guerra Nagem, amigo do presidente Jair Bolsonaro, foi indicado para a gerência-executiva de inteligência e segurança corporativa da estatal. Capitão Victor, funcionário da estatal e que foi candidato a deputado estadual pelo PSC/PR, no entanto, não atendia aos requisitos do plano de carreira e acabou sendo barrado antes mesmo de seu nome chegar ao conselho. Após a repercussão negativa do caso, Bolsonaro chegou a sair em defesa de Nagem e, por meio da rede social Twitter, em tom de ironia, pediu desculpas por “não estar indicando inimigos” para postos de seu governo.

Nagem ocupa desde então uma das cadeiras disponíveis na assessoria da presidência da empresa. Castello Branco defende que a indicação partiu dele próprio, depois que ele buscou junto a especialistas em segurança e defesa nomes com experiência em segurança empresarial.

A Petrobras defende que o seu modelo de governança vem sendo “continuamente aprimorado” e que, nos últimos anos, implementou melhorias no processo de indicação de administradores e titulares da estrutura geral. A estatal citou que passou a realizar a verificação de integridade e dos critérios de competência técnica e de gestão dos candidatos.

Além de mudanças nas regras de indicações de gerentes, a reforma do estatuto propõe também uma flexibilização na indicação dos próprios conselheiros. A proposta é acabar com a obrigatoriedade de que os membros independentes sejam escolhidos com base numa lista tríplice elaborada por empresa especializada em “headhunter”. Com a mudança, ficará a cargo da Petrobras a elaboração da lista de candidatos.

A estatal esclareceu que continuará exigindo o mínimo de 40% de membros independentes para o conselho, “percentual bastante superior ao exigido” às estatais pela lei vigente (25%) e pelo Regulamento do Nível 2 da B3 (20%).

A proposta do estatuto modifica também uma regra que trata de conflitos de interesse e que veta os executivos da companhia de deliberarem sobre operações que envolvam empresas onde eles ocupam algum cargo de gestão - ou tenham ocupado antes de ingressar na Petrobras. A nova regra abre espaço para que diretores e conselheiros possam participar da votação de assuntos que

dizem respeito a empresas onde eles atuam na administração, por indicação da própria Petrobras. É o caso, por exemplo, de executivos que trabalham nas controladas da estatal.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	02/03/2020
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Curta

Estatul estende prazo

A Petrobras estendeu até quinta-feira o prazo para as empresas expressarem seu interesse na aquisição das concessões BM-PAMA-3 e BM-PAMA-8, localizadas na Bacia do Pará-Maranhão. Segundo a estatal, não há prejuízo para as empresas interessadas que já encaminharam a documentação exigida no processo. A petroleira brasileira é operadora dos blocos, com 100% de participação na concessão BM-PAMA-3 e 80% de participação na concessão BM-PAMA-8, em parceria com a chinesa Sinopec. A empresa pretende vender até 50% na concessão BM-PAMA-3 e de até 40% na concessão BM-PAMA-8. A Sinopec pode exercer direito de preferência na concessão BM-PAMA-8 para adquirir a participação da Petrobras. A concessão BM-PAMA-3 está na fase de avaliação de descoberta. A concessão BM-PAMA-8 se encontra no segundo período exploratório.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	02/03/2020
Seção:	Empresas
Autor:	Rodrigo Polito — Do Rio
Título:	Total prevê investir R\$ 15 bi em E&P no Brasil até 2024

Animada com o portfólio construído no Brasil nos últimos anos, a petroleira francesa Total prevê investir entre US\$ 600 milhões e US\$ 700 milhões por ano em exploração e produção (E&P) de óleo e gás no país nos próximos cinco anos, o equivalente, pelo câmbio atual, a R\$ 15 bilhões até 2024. Nesse horizonte, a companhia espera aumentar em cerca de quatro vezes a produção de petróleo no Brasil, passando dos 40 mil barris diários, estimados para este ano, para mais de 150 mil barris diários, ao fim do período.

“Hoje, já temos um grande número de ativos de alta qualidade”, afirmou o presidente de E&P global da Total, Arnaud Breuillac, ao **Valor**. “Estamos satisfeitos com o que temos agora, mas nossa ambição é ter mais. Acredito que o principal driver é a qualidade dos ativos”, completou o executivo, que esteve no Brasil na última semana.

Globalmente, a francesa produz cerca de 3 milhões de barris de óleo equivalente (BOE) diários de óleo e gás, com faturamento anual na casa de US\$ 176 bilhões (quase R\$ 800 bilhões). No Brasil, onde completa 45 anos de atividades este ano, a empresa já investiu US\$ 7 bilhões e possui 3 mil funcionários.

No cardápio da Total no país estão os expressivos campos de Mero (ex-Libra) e Iara, no pré-sal da Bacia de Santos, e o promissor bloco C-M-541, na Bacia de Campos, adquirido na 16ª Rodada de Licitações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em outubro de 2019. Mas Breuillac não esconde o entusiasmo com o campo de Lapa, também no pré-sal da Bacia de Santos.

“Ele [Lapa] é muito simbólico porque é o primeiro campo operado por uma IOC [sigla em inglês para petroleira internacional] em produção no pré-sal”, disse. “Seremos operadores é importante porque nós realmente acreditamos que podemos gerar valor, podemos contribuir ainda mais em nossa parceria com a Petrobras.”

A Total possui 35% de Lapa, em parceria com a estatal brasileira (10%), Shell (30%) e Repsol (25%).

Breuillac conta que os investimentos previstos em E&P no país podem aumentar, caso a empresa seja bem-sucedida nas atividades exploratórias. Entre os projetos de exploração, uma das maiores apostas da companhia é o C-M-541, onde a petroleira prevê perfurar dois poços, sendo um no fim do ano e outro no início de 2021.

A Total é a operadora no C-M-541, com 40% de participação, junto com a Qatar Petroleum (40%) e a Petronas (20%), da Malásia. “Estamos muito esperançosos”, disse.

Com relação aos blocos na Foz do Amazonas, na Margem Equatorial, onde a petroleira teve a licença ambiental para perfuração negada pelo Ibama, o executivo contou que a empresa está analisando o projeto com os sócios, para

tomar uma decisão no futuro. “Temos que nos certificar de tomarmos a melhor decisão sobre esse projeto”. A Total tem 40%, junto com Petrobras (30%) e BP (30%) em cinco áreas na Foz do Amazonas.

O portfólio atual não diminui o interesse da Total por novos leilões no Brasil. Segundo Breuillac, a empresa continuará estudando oportunidades. “Acreditamos que o Brasil continuará tendo significativo potencial de novos recursos de alta qualidade”.

Questionado sobre as mudanças em discussão no governo sobre o modelo de partilha de produção, ele afirmou que a empresa acompanha o processo. “Vamos esperar para ver. Se for atrativo, estaremos interessados”.

Outra área que atrai a atenção da gigante francesa é o mercado de gás natural brasileiro, que está passando por uma reforma. “Vemos o gás, em escala global, como um componente muito importante no mix energético, no contexto da transição energética”, disse. “Estamos buscando oportunidades de negócios rentáveis com a abertura do mercado de gás no Brasil”.

A Total também estendeu sua atuação no Brasil para a área de distribuição de combustíveis, ao adquirir em 2018 a Zema Petróleo, dona de uma rede de cerca de 300 postos, principalmente em Minas Gerais. “Para a Total, o Brasil é estratégico não apenas em E&P, mas também porque nós vemos o Brasil como uma economia crescente, com grande população, com grande mercado”, afirmou o executivo.

Sobre o processo de transição energética, Breuillac contou que não há um “senso de urgência” para explorar os recursos petrolíferos, e sim um foco maior na qualidade dos recursos e na disciplina com relação aos investimentos. “Não controlamos o preço do petróleo, mas controlamos a nossa base de custo”, afirmou.

De acordo com o executivo, o custo médio de operação da empresa na produção de óleo e gás é de US\$ 5,4 por BOE - o mais baixo entre as gigantes petrolíferas internacionais. E a meta é chegar a US\$ 5 por BOE em 2021.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 02/03/2020

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado e Stella Fontes — De São Paulo

Título: Coronavírus derruba cotações do Brent e do minério

As incertezas quanto a dimensão e o prazo da desaceleração econômica no mundo, provocada pela epidemia do coronavírus Covid-19 na China e em outros países, afetaram os preços das commodities no mercado mundial em fevereiro. Os preços do petróleo Brent, referência mundial, e do minério de ferro caíram no mês passado 13,05% e 1,15%, respectivamente.

O primeiro contrato do Brent, para abril, fechou fevereiro a US\$ 50,52 acumulando queda anual de 23,38%. No fim de 2019, o barril da commodity era negociado a US\$ 66 e ao fim de janeiro, a US\$ 58,16. O analista de petróleo e energia da XP Investimentos, Gabriel Fonseca Francisco, diz que o preço negociado em Londres é o mais baixo desde julho de 2017.

“O surto do novo coronavírus, com toda certeza, tem sido o ponto preocupante para o mercado porque vai afetar a atividade econômica mundial na veia. Mas, o impacto sobre a economia ainda não está quantificado. Há muita incerteza”, disse Francisco.

Segundo ele, somente na China a demanda por petróleo caiu 20% com a epidemia, o que representa cerca de 3 milhões de barris por dia. “Em que ponto a atividade na China vai se normalizar? É o que o mercado se pergunta.”

Nesta semana, haverá a reunião da Organização dos Países Exportadores de Petróleo e aliados (Opep+) e a expectativa é que os participantes decidam por aumentar o corte de produção de petróleo para tentar mitigar a queda dos preços da commodity. Pelo acordo atual, o corte na oferta é de 1,7 milhões de barris por dia. A expectativa é que essa redução passe a ser de 2,7 milhões de barris diários.

“Para reverter esse efeito ruim nos preços, [a mudança] tem de vir pelo lado da demanda. Mesmo um corte maior pela Opep pode não influenciar muito a cotação. Mas, já é um consenso de que o corte é necessário. As incertezas estão em qual o tamanho dessa redução”, afirmou o analista.

Já a cotação da tonelada do minério de ferro, com 62% de pureza no porto chinês de Qingdao, fechou na sexta-feira a US\$ 83,96, equivalente a queda de 2,05% na comparação com o preço de quinta-feira. Essa foi a quinta sessão consecutiva de queda, encerrando a semana com desvalorização acumulada de 9%.

Com esse desempenho, o minério zerou os ganhos acumulados em fevereiro e terminou o mês com perda de 1,15%. Em 2020, a baixa chegou a 8,9%.

Diante deste cenário, o banco UBS revisou suas estimativas para os preços de commodities metálicas em 2020 e 2021, considerando a queda esperada no consumo no primeiro trimestre deste ano, com retomada mais forte no

segundo trimestre diante da demanda reprimida pela epidemia de coronavírus e por estímulos adicionais à economia chinesa.

Como resultado, o banco projeta agora preço de US\$ 87,50 por tonelada de minério de ferro em 2020, alta de 9%, e de US\$ 75 por tonelada (alta de 7%) em 2021.

Segundo agências especializadas, as usinas siderúrgicas chinesas reduziram drasticamente as compras de minério na esteira do novo coronavírus, levando à desvalorização da matéria-prima do aço no mercado à vista.

Na semana passada, a Cisa, associação que reúne as siderúrgicas na China, informou que os estoques de produtos siderúrgicos nas principais usinas do país bateram recorde, com 21,34 milhões de toneladas em 20 de fevereiro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 02/03/2020

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado, Rodrigo Polito e Letícia Fucuchima — De São Paulo e do Rio

Título: Eneva propõe acordo de fusão de R\$ 6,6 bilhões à AES Tietê

A Eneva, companhia de geração de energia controlada pelo BTG Pactual e pelo fundo Cambuhy Investimentos (da família Moreira Salles), enviou ao conselho de administração da AES Tietê uma proposta de incorporação e fusão, apurou o **Valor**. O negócio, se aprovado, criará a segunda maior geradora de energia de capital privado do país, com capacidade instalada de 6,1 mil megawatts (MW) e faturamento anual de R\$ 5 bilhões. A AES Tietê é controlada pela americana AES Corp.

Segundo uma pessoa próxima à negociação, o valor da transação é de R\$ 6,6 bilhões, sendo 60% pagos em ações da Eneva e 40% em dinheiro.

De acordo com o prospecto, ao qual o **Valor** teve acesso, a operação compreende uma relação de troca de 0,0461 ação ordinária da Eneva para cada ação ordinária ou preferencial da AES Tietê ou 0,2305 por unit mais uma parcela em dinheiro de R\$ 2.750.641.308,80, equivalente a R\$ 1,38 para cada ação ordinária ou preferencial, correspondente a R\$ 6,89 por unit.

A relação de troca na oferta de incorporação está sujeita a ajustes nos termos da proposta. O valor de mercado da Eneva é de R\$ 13 bilhões e o da AES, de R\$ 6 bilhões.

Segundo fonte, a combinação de negócios foi aprovada por unanimidade pelo conselho da Eneva. Os conselheiros julgaram que há complementariedade nas operações. A publicação de fato relevante era esperada para ontem à noite.

Com a AES, além de aumentar a capacidade, a Eneva poderá diversificar as fontes de geração. Segundo apurou o **Valor**, 44% da energia da nova empresa será obtida por meio de hidrelétricas, 44% por térmicas, 7% será de origem eólica e 5%, solar. Conforme outra fonte, isso é importante porque a geração da Eneva, hoje, é 100% térmica e só ocorre quando essas usinas são acionadas. Com a diversificação, a companhia poderá oferecer energia durante todo o ano.

Se a proposta for aprovada pelas assembleias de acionistas das duas empresas nas condições atuais, a Cambuhy e o BTG terão 17,8%, cada um, da nova companhia. A AES Corp. terá 5,5%, o BNDES, 6,5% e a Eletrobras, 1,8%. A nova companhia seria a segunda maior geradora privada com ações em bolsa, atrás apenas da Engie Brasil Energia (EBE).

Mesmo que aprovado pela AES, o processo de fusão dependerá do aval da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). A avaliação de uma fonte é que a empresa resultante será mais robusta e terá capacidade de aproveitar melhor as oportunidades de investimentos futuros no país, além de se tornar um ator importante nos próximos leilões de geração.

Maior geradora termelétrica privada do país, a Eneva possui parque gerador de 2,8 mil MW, dos quais 2,2 mil MW estão em operação. A AES Tietê possui parque gerador de 3,4 mil MW, composto principalmente por hidrelétricas. Nos últimos anos, tem buscado diversificar esse parque com outras fontes renováveis, como forma de reduzir o risco hidrológico - a empresa já detém projetos solares no Estado de São Paulo e um complexo eólico na Bahia.

A Eneva, além de geração de energia, tem negócios complementares na exploração e produção de hidrocarbonetos no Brasil. A companhia foi a primeira empresa privada de geração de energia elétrica no país com atuação integrada no segmento termelétrico, controlando o suprimento de gás natural para suas usinas.

Com os projetos em curso, a companhia poderá aumentar sua capacidade total instalada para o limite de 2,8 mil MW até 2024, com a entrada em operação de três novas usinas, que representam aporte de R\$ 3,6 bilhões.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 02/03/2020**Seção:** Colunas**Autor:****Título:** BSBios eleva produção para continuar líder em biodiesel

Coluna do Broadcast

A gaúcha BSBios se diz preparada para atender à demanda gerada pelo aumento da mistura de biodiesel no diesel e não colocar em risco sua liderança no setor. Desde ontem (1.º), a mistura passou de 11% (B11) para 12% (B12). Os investimentos começaram em 2019 e serão concluídos em maio, quando a capacidade de produção será 43% maior. A ampliação das unidades de Passo Fundo (RS), onde a empresa surgiu, e de Marialva (PR) consumiu R\$ 70 milhões, de olho tanto no B12 quanto em um possível aumento da mistura para 13% em 2021. A fábrica paranaense já opera com capacidade de 1.150 metros cúbicos de biodiesel por dia, ante 800 m³ no início de 2019. Já a de Passo Fundo chegará ao mesmo volume em dois meses. Erasmo Battistella, presidente da BSBios, lembra que o mercado está cada vez mais competitivo e pulverizado – são muitas empresas e, recentemente, a JBS anunciou novo investimento no setor –, mas não teme a concorrência. Se em 2019 o mercado de biodiesel foi de 5,84 bilhões de litros, com o B12 a estimativa é de que chegue a quase 7 bilhões de litros. “Trabalhamos para manter a participação de 11% a 12% alcançada nos últimos anos”, afirma.

» A mil. No primeiro leilão de biodiesel considerando o novo percentual de mistura, em fevereiro, a BSBios vendeu 117 mil m³, ou 10% do total, o maior volume entre as concorrentes. Para atender à demanda, deve adquirir mais soja e óleo vegetal ao longo do ano, e a safra recorde que o Brasil está colhendo em 2019/2020 vem a calhar. O que falta, diz Battistella, é uma reforma tributária que estimule o aumento do processamento no País. “O Brasil exporta quase 70% da soja em grão. A China, nosso maior comprador, diminuiu tarifas sobre a soja norte-americana, e isso pode causar um solavanco no mercado”, diz o executivo.

» Mais verde. A empresa também entrará no segmento dos Créditos de Descarbonização (CBios) do Renovabio, após obter certificação em novembro. A unidade de Passo Fundo poderá emitir um CBio para cada 370,9 litros de biodiesel, e a de Marialva, um para cada 372,3 litros. A expectativa, por ora, é moderada, segundo Battistella. “Devemos ter uma grande oferta de CBios, tanto no segmento de biodiesel quanto no sucroalcooleiro, e ainda não há como dimensionar qual será a demanda efetiva por eles”, diz.

LETICIA PAKULSKI e ISADORA DUARTE

VEÍCULO: O Globo

Data: 02/03/2020

Seção: Editorial

Autor:

Título: EUA punem estatal russa e acenam com um bloqueio naval à Venezuela

Pressão é crescente tanto sobre as vendas externas de óleo quanto sobre as compras de derivados

A Venezuela virou palco de confronto dos Estados Unidos com a Rússia. É um jogo de poder na América do Sul em torno da ampliação do embargo às exportações de petróleo que financiam a ditadura de Nicolás Maduro. O Tesouro americano está ampliando as sanções financeiras aos governos e às empresas que, a partir de maio, negociem petróleo venezuelano com o grupo estatal russo Rosneft. Já o Departamento de Estado acena com medidas mais duras, entre elas um possível bloqueio naval. Há um ano Washington impôs um bloqueio às vendas de petróleo da Venezuela com o objetivo de asfixiar as finanças da cleptocracia liderada pelo ditador Maduro.

A pressão é crescente tanto sobre as vendas externas de óleo quanto sobre as compras de derivados, para suprimento doméstico de combustíveis. Durante fevereiro, segundo a consultoria especializada S&P Global Platts, a estatal PDVSA se viu obrigada a estocar 677 mil barris por dia, por falta de compradores. A Rússia, que é a principal credora externa do regime de Caracas, assumiu a revenda de parte da produção da estatal venezuelana e passou a fornecer-lhe derivados de petróleo. Com as sanções, o regime de Caracas vê ameaçada aquela que, hoje, é sua principal fonte de receita em dólares.

Grandes operadores do mercado mundial de óleo começaram a se distanciar da estatal russa. É o caso da Trafigura, uma das líderes no comércio de petróleo e metais básicos. Ela anunciou que deixará de comprar óleo venezuelano da Rosneft. Agentes financeiros também estão sob pressão por negociar com a ditadura de Maduro. A Suíça investiga o banco Julius Baer por lavagem de dinheiro nos últimos nove anos e prepara a divulgação de detalhes sobre um desvio de US\$ 4,5 bilhões dos cofres da PDVSA. O banco Julius Baer está no centro de processos judiciais abertos no Brasil e na Suíça por casos de corrupção na Petrobras revelados na Operação Lava-Jato.

A Casa Branca tenta conter a expansão da Rússia na América Latina num jogo geopolítico mais amplo. “Essas sanções”, reagiu o governo de Vladimir Putin, “não repercutem e não terão efeito na política russa nos assuntos

internacionais, incluída a cooperação com as autoridades legítimas da Venezuela, Síria, Irã ou qualquer outro país”. Sob asfixia financeira, a ditadura de Maduro começa a intensificar o contrabando de ouro em barras. Neste mês foram apreendidas no Caribe duas toneladas do metal, a bordo de jatos executivos de propriedade do governo de Caracas.

VEÍCULO: O Globo

Data: 02/03/2020

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: De volta a 2009

Com o coronavírus acelerando a crise econômica, pela primeira vez, desde 2009, o consumo de petróleo pode não crescer no mundo, dizem especialistas.

MME / ASCOM .